

Recurso em Sentido Estrito nº: 333664-1

Comarca Origem: Petrolina –Vara do Tribunal do Júri

Recorrente: Joana D'arc Ferreira Pereira

Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procurador(a) de Justiça: Judith Pinheiro Silveira Borba

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

ACÓRDÃO

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. INEXISTÊNCIA DE EXCESSO DE LINGUAGEM. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. IMPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A materialidade do crime de tentativa de homicídio está comprovada pelos depoimentos das testemunhas e da vítima, vez que o laudo traumatológico não foi conclusivo quanto à presença de lesões corporais no menor, posto que, ao tempo do exame, estas não mais existiam.
2. Os depoimentos prestados na delegacia e confirmados em juízo – notadamente o depoimento da vítima, a qual afirmou em juízo, com segurança, que a ré amarrou a corda em seu pescoço e saiu arrastando – evidenciam a presença de indícios suficientes da autoria em relação à acusada.
3. Não se pode olvidar que, nessa fase processual, vigora o princípio do *in dubio pro societate*, no sentido de que eventuais incertezas propiciadas pela prova se resolvem em favor da sociedade, as quais somente serão afastadas quando do julgamento do feito pelo Tribunal do Júri.
4. À unanimidade, negou-se provimento ao recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso em sentido estrito nº 333664-1, em que figuram, como recorrente, Joana D'arc Ferreira Pereira, como recorrido, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os

Desembargadores componentes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 18 de junho de 2014


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Recurso em Sentido Estrito nº: 0004256-50.2014.8.17.0000 (0333664-1)

Comarca Origem: Petrolina – Vara do Tribunal do Júri

Recorrente: Joana D'arc Ferreira Pereira

Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procurador(a) de Justiça: Judith Pinheiro Silveira Borba

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

30
3
Digo

162
/

RELATÓRIO

Trata-se de recurso em sentido estrito interposto por Joana D'arc Ferreira Pereira contra a decisão de pronúncia proferida pelo juízo da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Petrolina que a pronunciou, determinando o seu julgamento pelo conselho de sentença, pela prática do crime de tentativa de homicídio duplamente qualificado contra a vítima menor Leonardo Ferreira de Souza (art. 121, §2º, II e III (asfixia), §4º, segunda parte (vítima menor de quatorze anos), c/c o art. 14, II do CP.

Em suas razões recursais, alega a recorrente, que não há indícios da autoria.

Contrarrazões às fls. 139/143, pugnando pela manutenção da decisão de pronúncia.

Através da decisão de fls. 147, o MM Juiz a quo manteve a pronúncia.

Parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 157/159, opinando pelo improvimento do recurso. Pleiteia a correção da autuação e registro do presente apelo, visto que, no sistema, consta a ré Joana D'arc como recorrida e não como recorrente.

M

31
2
digo
163
0

É o Relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 30 de maio de 2014



Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Recurso em Sentido Estrito nº: 0004256-50.2014.8.17.0000 (0333664-1)

Comarca Origem: Petrolina – Vara do Tribunal do Júri

Recorrente: Joana D'arc Ferreira Pereira

Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procurador(a) de Justiça: Judith Pinheiro Silveira Borba

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

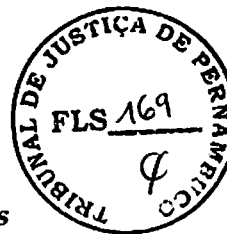
Narra a denúncia, *in verbis*, que:

"No dia 28 de janeiro de 2012, (...) a denunciada MARIA JOANA FERREIRA DA SILVA tentou matar a criança LEONARDO FERREIRA DE SOUZA, de seis anos de idade, somente não alcançando o seu intento criminoso por circunstâncias absolutamente alheias à sua vontade.

Restou apurado que no dia mencionado, FRANCISCA FERREIRA DE SOUZA, mãe da vítima, encontrava-se em casa na companhia de conhecidos, quando foi chamada por crianças daquela vizinhança, que traziam a notícia de que JOANA havia matado LEONARDO. De imediato, as pessoas que estavam no local correram para a rua, em busca de socorrer o menor.

Ato contínuo, a genitora da criança e uma amiga de prenome PATRÍCIA encontraram LEONARDO na rua, quase desmaiado, com uma corda enlaçada no pescoço. Antes de desmaiar, a criança ainda conseguir dizer: 'Me salva, Patrícia, é no pescoço' e, de imediato, os vários nós foram desatados por PATRÍCIA, a tempo de evitar que LEONARDO morresse no local. *Brevi tempori*, a vítima foi socorrida por uma unidade móvel da SAMU e, com a chegada da Polícia Militar, a imputada foi presa em flagrante delito e encaminhada para a Delegacia de Polícia (...).

(...) apurou-se que LEONARDO brincava em companhia de outras crianças, quando a denunciada, que havia visivelmente feito uso de bebida alcoólica, laçou o pescoço da vítima com a corda, dando vários nós para asfixiá-la, com o evidente intuito de matá-la, o que



SEM EFEITO
Diretoria Criminal



somente não se consumou por circunstâncias alheias à vontade da vítima, imputada, ante o eficaz socorro prestado por terceiros".

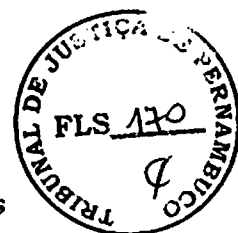
A materialidade do crime de tentativa de homicídio está comprovada pelos depoimentos das testemunhas e da vítima, uma vez que o laudo traumatológico não foi conclusivo quanto à presença de lesões corporais no menor, posto que, ao tempo do exame, estas não mais existiam.

A ré negou a autoria na fase inquisitorial (fls. 14) e em juízo.

Quanto à prova testemunhal produzida em juízo tem-se o seguinte:

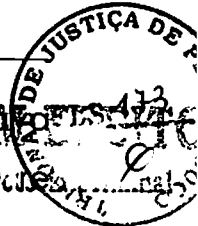
- a) Francisca Ferreira de Souza (fls. 101), mãe da vítima: disse que, ao chegar ao local, já havia sido retirada a corda do pescoço da criança; confirmou a versão contada na delegacia, que corresponde ao teor da denúncia;
- b) Patrícia Gomes da Silva (fls. 102): confirmou que retirou a corda do pescoço da criança; a qual estava cheia de nós; disse que a acusada estava ingerindo bebida alcoólica no dia dos fatos; confirmou a versão contada na delegacia, que corresponde ao teor da denúncia;
- c) Elisangela de Sousa Santos (fls. 108): não presenciou o crime; disse que a acusada tem problemas mentais; que as crianças estavam brincando com cordas e estavam jogando pedras na acusada;
- d) Leonardo Ferreira de Souza (fls. 102/103, vítima): disse que a ré colocou a corda em seu pescoço e saiu arrastando; que desmaiou; que a corda era sua; que estava brincando com as outras crianças, as quais ficaram cutucando a acusada, a qual ficou com raiva e enrolou a corda em seu pescoço; que Patrícia lhe socorreu;
- e) Geni Ferreira de Souza (fls. 103), irmão da mãe da vítima): disse que não viu os fatos, mas que algumas crianças chegaram dizendo que a ré tinha matado a vítima;

M



169
SEM EFEITO

Diretoria Criminal



- f) Benedito Pereira da Silva (fls. 103), pai da vítima: que em casa quando as crianças chegaram dizendo que tinha matado seu filho;
- g) Marinalva Araújo Libório (fls. 103/104), Rosenalda Nogueira Matias (fls. 104) e Ilma Ferreira da Silva (fls. 104): nada souberam dizer sobre os fatos, apenas atestaram a boa conduta da ré, sendo que a testemunha Marinalva disse que ela tem problemas com bebibas.

Em seu interrogatório prestado em juízo, a ré negou a autoria (fls. 104/105), disse que nunca teve problemas com as crianças e que tinha ingerido bebida alcoólica no dia dos fatos.

Embora tenha a ré negado a autoria na fase inquisitorial e em juízo, há indícios suficientes de que tenha ela praticado o crime narrado na denúncia.

As testemunhas da acusação, em sua maioria, confirmaram que as crianças chegaram dizendo que a ré tinha "matado" a vítima.

A vítima, ouvida em juízo, ratificou a versão contida na denúncia, devendo-se observar que seu depoimento foi no mesmo sentido do prestado na delegacia, não se verificando quaisquer contradições.

A testemunha Patrícia confirmou que socorreu a criança, impedindo que a mesma sufocasse, retirando os nós da corda que estava em seu pescoço.

Por todo o exposto, entendo que os depoimentos prestados na delegacia, confirmados em juízo – notadamente o depoimento da vítima, a qual, em juízo, afirmou com segurança que a acusada amarrou a corda em seu pescoço e saiu arrastando – evidenciam a presença de indícios suficientes da autoria em relação à acusada.

É cediço que, tratando-se de crime de competência do Tribunal do Júri, é este que deverá avaliar a veracidade ou não dos depoimentos prestados nos autos.

Há indícios suficientes de que a recorrente participou do crime de tentativa de homicídio duplamente qualificado descrito na denúncia e não se

pode olvidar que, nessa fase processual, vigora o princípio do *in dubio pro societate*, no sentido de que eventuais incertezas propiciadas pela prova se resolvem em favor da sociedade, as quais somente serão afastadas quando do julgamento do feito pelo Tribunal do Júri. Nesse sentido, veja-se o seguinte aresto no Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DOLOSO. PRONÚNCIA. ALEGADO EXCESSO DE LINGUAGEM. INOCORRÊNCIA.

I- A pronúncia é decisão interlocutória mista, que julga admissível a acusação, remetendo o caso à apreciação do Tribunal do Júri.

Encerra, portanto, simples juízo de admissibilidade da acusação, não se exigindo a certeza da autoria do crime, mas apenas a existência de indícios suficientes e prova da materialidade, imperando, nessa fase final da formação da culpa, o brocardo *in dubio pro societate*.

II- Não ocorre o vício de excesso de linguagem na pronúncia quando o julgador limita-se a expor seu convencimento a respeito da existência de indícios de autoria, trazendo fundamentação suficiente a afastar possível alegação de inobservância do disposto no art.

93, inciso IX, da Constituição Federal, ou de fragilidade de elementos probatórios, a atrair, ao caso, um juízo de impronúncia.

III- Agravo Regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1277007/AL, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, julgado em 03/04/2014, DJe 08/04/2014)

A sentença de pronúncia, portanto, não merece qualquer reforma, porquanto preencheu os requisitos exigidos pela lei, além de se encontrar devidamente fundamentada, inclusive no tocante às qualificadoras.

Diante do exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso.

Recife, 17 de 06 de 2014

MA
Des. Mauro Alencar de Barros
Relator